

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Pegou mal	2
Título: PAC em versão enxuta	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Recife na foz do Amazonas é único no mundo	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	6
Título: Em crise, Isolux busca vender ativos no País	6
Título: Empresa usa colapso de rival para se justificar	7
VEÍCULO: Valor Econômico	8
Título: Meta de corte da Opep	8
Título: Estrangeiras voltam à exploração no país	9
Título: Calendário anual de leilões visa atrair multinacionais para o pré-sal	10
Título: Leilão vai enxugar sobras de energia	11
Título: Disputa deve ajudar usinas em atraso	14
Título: JBS Biodiesel recorre a óleo de fritura	15
Título: Bois com origem na agricultura familiar	17

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: George Vidor****Título: Pegou mal**

Pedro Parente comprou uma briga desnecessária com a engenharia brasileira, ao desqualificá-la completamente no convite feito a 35 empresas do exterior para concluir as obras da futura Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) do Comperj. Praticamente todas as grandes empreiteiras brasileiras estão envolvidas na Operação Lava-Jato e, depois de todo esse enorme escândalo de corrupção, a Petrobras precisa ser mesmo cautelosa nas suas parcerias. No entanto, a empresa tem um longo histórico de envolvimento com a engenharia brasileira. Não foi por acaso que a proximidade com o Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) atraiu várias companhias estrangeiras importantes para o parque tecnológico da UFRJ, na Ilha do Fundão. Esse convívio longo permite que a estatal consiga separar o joio do trigo.

No Brasil, há um monte de empresas capacitadas, nacionais e estrangeiras, que conhecem tudo por aqui. E a Petrobras não consegue selecionar uma só que seja? Trata-se de um contrato da ordem de R\$ 2 bilhões, ainda mais relevante em uma economia que anda devagar. A empresa que for selecionada lá fora terá de necessariamente contratar brasileiros para pegar no pesado. E precisará da ajuda de alguém aqui para encontrar Itaboraí no mapa. Porém, é pouco provável que deem sequer atenção à engenharia brasileira na execução dos serviços.

Se forem os chineses, então... A Petrobras, como operadora de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos, já havia causado mal-estar em toda a indústria ao pedir à Agência Nacional do Petróleo (ANP) dispensa do conteúdo local — cuja percentagem mínima foi estabelecida previamente no leilão do bloco — na contratação da primeira plataforma de produção do campo. Todas as grandes petrolíferas no mundo atraem cadeias de fornecedores, por interesse próprio. O Brasil tem muitos fatores que dificultam a competitividade da indústria, o que é notório. Mas não é verdade que sejamos 100% ineficientes, caso contrário a Petrobras também teria de ser incluída nesse bolo, e a atual diretoria da Petrobras vem tentando provar justamente o contrário. Parente dessa vez pisou na bola e deveria incluir empresas aqui instaladas, nacionais ou estrangeiras, no convite para a conclusão da UPGN do Comperj. Que, por sinal, não é um bicho de sete cabeças, pois há várias outras unidades desse tipo funcionando no país.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danilo Fariello e Bárbara Nascimento****Título: PAC em versão enxuta**

Governo vai focar em obras a serem concluídas até 2018, com gastos estimados em R\$ 80 bi.

O governo Michel Temer quer reformular o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tornando-o mais enxuto, e, para isso, vai se concentrar nas obras que podem ser concluídas até 2018. A meta é desembolsar mais R\$ 80 bilhões até o fim do ano que vem para terminar obras em andamento, com desembolsos anuais de cerca de R\$ 40 bilhões no período. A lista inclui vitrines da administração petista, como a Ferrovia Norte-Sul e a transposição do Rio São Francisco. No ano passado, o PAC custou aos cofres públicos R\$ 42 bilhões, ritmo que deve ser mantido. Em 2015, o governo havia pago R\$ 50,7 bilhões para manter o programa. O secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura (antiga Secretaria do PAC) do Ministério do Planejamento e responsável pelo programa, Hailton Madureira, afirmou ao GLOBO que a ordem agora é usar os restritos recursos do Orçamento para concluir obras em curso e não ter mais esqueletos no país. (...)

Para o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, o PAC foi uma boa ideia, mas encontrou dificuldades. Ele aponta que não foi fácil encontrar cooperação adequada entre Estado e setor privado, além de problemas na atração do investimento: — O investimento em infraestrutura tem uma recuperação longa. Não há lugar no mundo em que se consiga executar um investimento público sem ter a taxa de juros e o prazo adequados. José Velloso, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), defende que o Brasil precisa reeditar o PAC. Para ele, o programa no passado se tornou um conjunto de intenções: — O Brasil precisa de um programa, não importa o nome, mas que seja consistente e que faça com que haja retorno dos investimentos na infraestrutura.

OBRAS MAIORES IRÃO PARA CONCESSÕES

Continuando a ser chamado de PAC ou não, o programa vai manter no seu rol apenas as obras a serem concluídas até o fim de 2018, término do governo Temer. Nos últimos dias, a equipe do Planejamento passou por ministérios da Esplanada, em Brasília, fazendo esse filtro. As obras maiores, que demorariam mais a ficar prontas, deverão ser transferidas para o programa de concessões, quando houver uma matemática financeira que coloque os projetos em pé com recursos privados. Maurício Muniz, que atuou no PAC desde a sua concepção e

até o afastamento da presidente Dilma Rousseff, diz que o programa possibilitou elevar e organizar os investimentos em infraestrutura. (...)

ATRASOS E RELAÇÃO COM LAVA-JATO

Em 22 de janeiro de 2007, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como forma de ampliar a infraestrutura. Com um bom cenário internacional de valorização das commodities exportadas pelo Brasil, as obras ganharam força, e, três anos depois, Dilma Rousseff foi chamada por Lula de a “mãe do PAC” — algo que foi explorado em sua campanha à presidência, naquele mesmo ano. Mas houve dificuldades, inclusive com questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e de órgãos de licenciamento ambiental. Atrasos e estouro do orçamento se tornaram regra. A transposição do Rio São Francisco tem previsão de conclusão este ano, um atraso de sete anos da data original. A Ferrovia Nova Transordestina é outra obra cujo orçamento disparou e ainda não está pronta.

O declínio mais vigoroso decorreu da percepção de que muitas das principais obras do PAC acabaram envolvidas na Operação Lava-Jato e em outras ações da Polícia Federal, como a Ferrovia Norte-Sul e a Hidrelétrica de Belo Monte. Mesmo assim, obras relevantes foram levantadas, como as usinas do Tucuruí e as hidrelétricas do Rio Madeira, além da duplicação da BR-101 no Nordeste. Estudo da consultoria Inter.B destacou que o “governo não chegou a realizar uma análise do custo-benefício do seu principal programa de investimento”. Mesmo assim, a consultoria apontou que “a contribuição do PAC (para o PIB) pode ter sido positiva, mas — na ótica da oferta — possivelmente residual”, porque não se sabe se o investimento público avançaria mais ou menos sem o programa no período.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Saúde

Autor: Fabiano Maisonnave

Título: Recife na foz do Amazonas é único no mundo

Em abril do ano passado, o anúncio da existência de um recife de corais de cerca de mil quilômetros de extensão na foz do rio Amazonas surpreendeu a comunidade científica internacional. Nove meses depois, a ONG Greenpeace inicia uma campanha para livrar a área da iminente atividade petroleira.

O coral se estende do Maranhão ao Amapá, com área total de 9.500 km², equivalente a seis cidades de São Paulo. A partir desta terça-feira (24), ambientalistas e pesquisadores partem de Macapá (AP) para uma expedição de

16 dias na foz do Amazonas a bordo do seu maior navio, o Esperanza, que comporta 40 pessoas.

Equipada com um submarino com dois lugares, o objetivo principal da expedição será produzir as primeiras imagens dos corais amazônicos, que, a uma profundidade média de 100 metros, mudaram o paradigma desse tipo de ecossistema por serem os primeiros do mundo encontrados em águas de pouca luminosidade e na desembocadura de um rio.

Em paralelo à expedição, a ONG está fazendo uma petição para que três petroleiras –a francesa Total, a brasileira Queiroz Galvão e a britânica British Petroleum (BP)– desistam dos blocos de prospecção na foz do Amazonas. Somadas, as empresas desembolsaram R\$ 346,5 milhões pelas concessões.

"Mal o conhecemos, não o entendemos muito bem e já nasce ameaçado", disse à Folha Thiago Almeida, da campanha de energia do Greenpeace Brasil.

Participam da expedição cinco dos 39 coautores do artigo científico que revelou a existência dos corais. Embora nem todos endossem formalmente a campanha do Greenpeace, há um consenso de que as pesquisas realizadas até agora são insuficientes para medir o impacto da atividade petroleira na região do novo bioma, incluindo como se espalharia o óleo em caso de derramamento.

"Mapeamos apenas 5%. Precisamos descobrir praticamente tudo: a arquitetura dos recifes, as dimensões, a composição específica em termos de organismos, o funcionamento", enumera o biólogo Fabiano Thompson, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Outro pesquisador que estará a bordo, o biólogo Ronaldo Francini-Filho, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), afirma que já foram descobertos diversos gêneros e espécies de esponjas e que há potencial para novos peixes e micróbios. Participam também da expedição os coautores Nils Asap (UFPB), Eduardo Siegle (USP) e Carlos Rezende (Universidade Estadual do Norte Fluminense).

EMPRESAS

Procuradas pela reportagem da Folha, todas as três empresas informaram, via assessoria de imprensa, que os poços em planejamento estão afastados em distância e profundidade dos corais e que haverá filmagens adicionais antes da perfuração para assegurar a ausência de recifes.

As petroleiras informaram que as atividades seguem a legislação ainda dependem a emissão do licenciamento ambiental pelo Ibama. Todas afirmaram

também que a viabilidade comercial e o tamanho das reservas ainda dependem dos resultados das prospecções exploratórias.

Ao todo, a foz do rio Amazonas tem sete blocos. O mais próximo do recife pertence à Total, que planeja começar as perfurações exploratórias ainda neste ano. A empresa francesa informou que, no máximo, haverá perfuração a 35 km dos corais. Concessionária de cinco blocos, pretende investir R\$ 951 milhões na fase de exploração.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Em crise, Isolux busca vender ativos no País

Para não ter o leilão que venceu no Brasil cancelado, empresa espanhola de energia tenta convencer Aneel de que operação de venda está avançada.

Dona de uma série de obras de linhas de transmissão de energia com atraso de mais de um ano e mergulhada em um processo de recuperação extrajudicial, a companhia espanhola Isolux tenta fechar a venda de seus ativos no Brasil com uma grande companhia de infraestrutura da Espanha, o Grupo Ferrovial. A Isolux garante que a negociação, que teve início no último trimestre do ano passado, está em fase avançada de análise financeira e operacional (due dilligence), mas a empresa não conseguiu convencer a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de que a transação realmente vai para frente.

Depois de aguardar por meses uma solução concreta, a Aneel tem defendido o cancelamento do leilão vencido pela Isolux e a retomada dos projetos, para que sejam novamente licitados em um leilão de transmissão ao longo deste ano. Em 2015, a Isolux assumiu o compromisso de construir 686 quilômetros de linhas de transmissão em cidades do Pará e Rondônia, além de sete subestações de energia. Nada foi feito e, até hoje, a empresa sequer apresentou as “garantias de fiel cumprimento” das obras, documento indispensável para que os contratos sejam assinados.

Ao todo, os espanhóis têm cinco contratos com obras atrasadas em relação ao cronograma. Um deles, que prevê a construção de uma linha de transmissão entre Taubaté (SP) e Nova Iguaçu (RJ), acumula mais de 1.200 dias de atraso.

Solução de mercado. A Isolux e o Grupo Ferrovial não quiseram comentar o assunto. O Estado apurou que as empresas seguem em negociação. No fim de dezembro, os grupos informaram à Aneel que buscam uma “solução de mercado” para os projetos de transmissão.

Representantes da Ferrovial tiveram um encontro com agentes da agência para tratar do assunto, garantiram que já têm acordo com um agente financeiro e que estavam em contato com o BNDES para tentar preservar as condições de financiamento do contrato original. Na Aneel, o entendimento é de que as empresas não apresentaram mais do que um pacote de promessas, sem qualquer sinal concreto de que a transação vai se concretizar.

Em comunicado à agência, a Isolux afirmou que não há “motivo para a Aneel ignorar a iminência de medida passível de atender o interesse público”, porque a venda dos contratos para outra companhia “se apresenta como a opção mais célere e menos custosa”. Quando a Isolux venceu o leilão de 2015, com investimentos estimados em R\$ 1,5 bilhão, não houve outro interessado na oferta das linhas de transmissão, o que impede o governo de chamar o segundo colocado na licitação, obrigando a Aneel a fazer uma nova oferta dos projetos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: A.B.

Título: Empresa usa colapso de rival para se justificar

A espanhola Isolux recorreu à crise de uma concorrente de sua própria terra natal para tentar justificar os desarranjos de seus projetos no Brasil. Ao discorrer sobre as dificuldades que enfrenta no País para contratar os seguros de seus projetos, papéis que o governo pode executar caso termos do contrato não sejam cumpridos, a Isolux culpou o imbróglio financeiro vivido pela espanhola Abengoa no País.

“A Isolux enfrentou dificuldades em obter garantias de fiel cumprimento no mercado de seguros para o segmento de transmissão, face ao pedido de recuperação judicial do Grupo Abengoa”, declarou a empresa à Aneel, acrescentando depois que essas dificuldades também se devem ao processo de recuperação extrajudicial da própria Isolux Engenharia, braço do Grupo Isolux.

A Abengoa não comenta sua situação no País. A empresa canadense Brookfield é uma das companhias que já chegaram a avaliar a aquisição dos ativos da Isolux no Brasil, mas paralisou as negociações no fim do ano passado. Os projetos espanhóis de transmissão se tornaram um pesadelo para o governo brasileiro, que tem procurado alternativas para driblar os atrasos nas obras, principalmente aqueles de grande porte, como as da Abengoa.

A empresa tem hoje 15 contratos de concessão firmados com o governo. Todos eles estão em processo de caducidade e sem previsão de serem concluídos. Desses contratos, nove já acumulam mais de 1.000 dias de atraso. Na carteira

de projetos da Abengoa está o chamado “linhão pré-Belo Monte”, projeto de 1.854 quilômetros de extensão, estimado em R\$ 1,3 bilhão e que foi vencido no fim de 2012 pela empresa espanhola.

A fiscalização da Aneel aponta que o projeto, que tinha de ser concluído em fevereiro deste ano, não tem mais uma data prevista para ser concluída. Já são mais de 1.100 dias de atraso em relação ao cronograma previsto em contrato. Sem uma solução fácil para a situação, o governo também torce por uma “solução de mercado” para os projetos da Abengoa. Em novembro do ano passado, conforme revelou o Estado, a empresa Equatorial Energia e o banco BTG Pactual se uniram para comprar os ativos da empresa.

O valor global oferecido pelos ativos, a preços de 2015, era de pouco mais de R\$ 1 bilhão. À época, a Equatorial declarou que “está sempre atenta às oportunidades de mercado” e o BTG Pactual não comentou o assunto. Os ativos seguem nas mãos da Abengoa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Meta de corte da Opep

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e as autoridades do governo russo afirmaram ontem que fizeram progressos no plano de reduzir a produção de petróleo bruto para sustentar os preços mundiais da commodity. Uma reunião foi realizada para determinar os próximos passos do grupo, que busca reduzir em cerca de 2% o fornecimento de petróleo no mercado mundial. Os membros da Opep estimaram que o nível de conformidade do plano de cortes está em 80%, superior aos 57% que o cartel alcançou em 2009, após um acordo similar de corte de oferta. "A única taxa aceitável é de 100%" do cumprimento do acordo, disse o ministro do petróleo do Kuwait, Essam Al-Marzouq, que lidera o comitê de monitoramento. O ministro saudita de Energia, Khalid al-Falih, informou que 13 países da Opep mais 11 produtores de fora do cartel fizeram corte conjunto de 1,5 milhão de barris ao dia desde que os acordos foram firmados no final de novembro e início de dezembro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho****Título: Estrangeiras voltam à exploração no país**

As petroleiras estrangeiras começam a se planejar para retomar programas de investimentos na perfuração de poços marítimos, em busca de novas descobertas de óleo e gás no país, depois de um bom tempo longe da costa brasileira, especialmente em 2016. A expectativa é que grandes companhias do setor voltem a olhar para a exploração no Brasil em 2017, ainda que num ritmo menor do que no início da década, antes do declínio dos preços do barril.

Sem perfurar poços exploratórios no país desde 2014, quando os preços da commodity começaram a despencar no mercado internacional, a francesa Total e a norueguesa Statoil já anunciaram planos de voltar a explorar o mar brasileiro este ano. Quem também tem intenção de investir em 2017 é a australiana Karoon, que definiu dois novos poços para avaliar melhor a descoberta de Echidna, no pós-sal da Bacia de Santos.

Uma exceção é a Repsol Sinopec, associação local da espanhola com a companhia chinesa, que no ano passado foi a única estrangeira a perfurar em campos offshore do país, para avaliação da descoberta de Gávea, na Bacia de Campos.

A Total já anunciou que investirá, a partir deste ano, US\$ 300 milhões num primeiro ciclo exploratório em águas ultraprofundas na Bacia Foz do Amazonas, na costa do Amapá. A empresa prevê perfurar até nove poços até 2020 na região. Os equipamentos já chegaram este mês ao Porto de Belém (PA) e a francesa aguarda a licença para iniciara campanha exploratória o mais breve possível.

O alvo da Statoil é a costa capixaba. O presidente mundial da norueguesa, Eldar Saetre, disse em entrevista ao Valor que a petroleira tinha planos de iniciar este ano as primeiras perfurações nas quatro concessões que arrematou no Espírito Santo, na 11ª Rodada, e onde é operadora. O plano é perfurar ao menos quatro poços.

A norueguesa, que adquiriu a fatia de 66% da Petrobras na concessão BM-S-8 (campo de Carcará), no pré-sal da Bacia de Santos, garante ainda que o programa de perfuração de um poço na área de Guanxuma, no final de 2017 já está em fase de planejamento.

Os investimentos de Total e Statoil marcam as primeiras perfurações em blocos offshore arrematados na 11ª Rodada, quatro anos após a realização do leilão, o qual foi considerado um grande sucesso. Atraiu investimentos estimados, na ocasião, em US\$ 3,4 bilhões. O início da exploração nos blocos negociados na licitação, contudo, foi afetado por dificuldades no licenciamento, sobretudo na margem equatorial, e pelas restrições nos caixas das companhias, frente à baixa dos preços do barril.

Esse cenário, aos poucos, começa a se reverter. O aumento das atividades exploratórias das multinacionais, no Brasil, se dá em meio a um movimento de retomada global dos investimentos no setor. Segundo a consultoria Wood Mackenzie, depois de dois anos seguidos de recuo, as petroleiras devem elevar em 3%, para US\$ 450 bilhões, os investimentos em exploração e produção, estimuladas pela recuperação dos preços do barril para patamares acima de US\$ 50.

A expectativa de aumento do investimento estrangeiro vale também para a exploração em terra. No início do ano Tek, Alvopetro e Geopark anunciaram ao menos três poços - o mesmo número de poços perfurados por estrangeiras ao longo de todo o ano de 2016.

Os investimentos privados são, hoje, a principal esperança de retomada da exploração no Brasil. Em decorrência da dificuldade de aportes da Petrobras, principal responsável por essas atividades no país, a recuperação do setor passa a depender cada vez mais das demais petroleiras, sobretudo das multinacionais, atualmente mais capitalizadas. O plano de negócios da estatal prevê, na média, investimentos de US\$ 1,3 bilhão ao ano no segmento de exploração até 2021 - corte de US\$ 1 bilhão em relação ao montante que investiu em 2015, valor que já era baixo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Calendário anual de leilões visa atrair multinacionais para o pré-sal

Em meio à previsão de aumento nos investimentos globais em óleo e gás, o governo pretende adotar um calendário de leilões anuais de áreas exploratórias, um pleito antigo das petroleiras. Este ano, a expectativa é voltar a atrair as grandes multinacionais com a oferta de várias áreas no pré-sal, após o fim da operação única da Petrobras no regime de partilha.

"A ideia é ter leilão ano a ano, mas não necessariamente um leilão de 200 blocos. A gente quer fazer uma licitação com áreas que façam algum sentido.

Nossas áreas não são eternas, infinitas, mas temos que saber dosar [o ritmo de leilões] para manter a indústria ativa", disse o secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix.

O primeiro teste da atratividade do Brasil, este ano, será a licitação das áreas unitizáveis da União - aquelas áreas ainda não licitadas e que se conectam a descobertas cujos reservatórios extrapolam os limites da concessão. Além disso, o governo tem planos de antecipar para 2017 o leilão do pré-sal inicialmente previsto para 2018.

Na 14ª Rodada, prevista para o segundo semestre, a ideia é ofertar alguns blocos que margeiam o polígono do pré-sal. A grande novidade do leilão será um conjunto de dez blocos da Bacia de Campos, em águas ultraprofundas, nas proximidades do polígono do pré-sal. Para o geólogo Pedro Zalán, da ZAG Consultoria, essas áreas têm potencial para reservas abaixo da camada de sal, com perfil mais voltado para grandes petroleiras.

As companhias ainda aguardam os detalhes do edital da licitação. A expectativa é que as regras do conteúdo local saiam nas próximas semanas.

"A abertura de mercado no México foi em boa parte inspirada no Brasil, mas teve o mérito de se adaptar rapidamente para tornar as regras mais atrativas a investimentos depois da queda do preço do barril", afirma o analista da Wood Mackenzie, Pablo Medina, para quem o Brasil precisa dar sinais regulatórios positivos e poderia se inspirar no México para não repetir o fracasso da 13ª Rodada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: Leilão vai enxugar sobras de energia

Antes de programar novos leilões de geração de energia, "organizar a casa". Esse é o objetivo do governo. Para isso, estão sendo preparadas várias medidas para melhorar a eficiência do setor elétrico e aumentar a confiança dos investidores.

A primeira iniciativa refere-se a uma disputa inédita no país - um leilão para descontratar projetos de geração de energia de reserva que enfrentam problemas diversos para entrarem em operação. Além disso, também está em estudo pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a realização de uma rodada "definitiva" do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Nova, que vai descontratar de forma permanente projetos que não

conseguirão entrar em operação, disse ao Valor, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Paulo Pedrosa.

Segundo os dados mais recentes do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), há uma sobra estrutural da ordem de 8,4 GW médios de garantia física para o ano de 2018 - quase o equivalente a duas hidrelétricas de Belo Monte. De acordo com Pedrosa, o volume chega a 9,5 GW médios em 2020.

Expectativa é que a disputa ocorra entre abril e maio deste ano, depois de audiência pública na Aneel.

Especialistas estimam que pode ser necessário descontratar cerca de 3 GW de potência, quase equivalente ao que gera a usina de Santo Antônio, no rio Madeira (RO).

Essas sobras de energia oneram os consumidores, que arcam parcialmente com os custos que as distribuidoras têm com a sobrecontratação. Como há muitos projetos de energia nova com problemas de execução, financeiros ou com licenciamento, o governo vai ajudar a "descontratá-los", mediante o pagamento de uma contrapartida, reduzindo as sobras.

"Com a Lei 13.360/2016 [de conversão da Medida Provisória 735], criamos um conjunto de mecanismos que melhoram a eficiência do setor", disse Pedrosa. O ministério está preparando, por exemplo, um decreto que vai permitir que as sobras das distribuidoras passem a ser vendidas em contratos no mercado livre de energia. Outra mudança é a possibilidade de leilões A-3 e A-5 com projetos de energia existente.

No leilão de descontratação de reserva, o foco será nas sobras de energia contratada em leilões desse tipo, que têm a finalidade de complementar a garantia física do sistema. "Vamos ver o que está sobrando de reserva e então criar um leilão competitivo para que os agentes disputem a possibilidade de descontratá-la", disse Pedrosa.

"É provável que a disputa tenha bastante adesão de empreendedores que não conseguiram cumprir as etapas até a operação comercial. Não é uma anistia aos geradores, mas um mecanismo de mercado", opinou Mikio Kawai Junior, diretor-executivo da Safira Energia.

Como o leilão será voltado para projetos de energia de reserva, espera-se adesão forte de projetos das fontes solar e, em menor escala, de eólicas também. "[O leilão] ajuda o governo a identificar esses problemas e solucionar e mitigar parte desses gargalos, reduzindo risco e aumentando a precisão do planejamento", disse Rodrigo Sauaia, presidente da Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar).

O decreto que definirá a realização do leilão está em elaboração pelo MME, com envolvimento da Fazenda. Segundo Pedrosa, a expectativa é que o presidente Michel Temer revise o decreto e o publique rapidamente, para que a Aneel tenha o tempo necessário para montar o leilão e pôr em audiência pública. A previsão é que a disputa ocorra entre abril e maio.

Ainda não foi definida a forma do leilão e nem quais serão as contrapartidas que as geradoras precisarão pagar para descontratar os projetos. A ideia inicial é que quem pagar mais vai "vencer" a disputa.

Segundo o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que assessora o MME no assunto, Luiz Augusto Barroso, o leilão é uma excepcionalidade. "O leilão definitivamente não é um processo de alívio e prêmio à irresponsabilidade. Ele parte de uma janela de oportunidade, excepcional, causada pelo excesso de oferta que temos (por sua vez provocado pela redução da demanda decorrente da retração da economia)", disse o executivo, por e-mail, ao Valor.

Segundo Xisto Vieira Filho, presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas, "é importante haver tratamento diferenciado para usinas que estão em atraso, com justificativas e acompanhamento pela Aneel, e aquelas que não se materializarão".

"O foco do leilão é o consumidor, que tem o benefício da redução do custo", afirmou Pedrosa. Os recursos arrecadados pelo governo com as contrapartidas que os geradores pagarão no leilão serão depositados na Conta de Energia de Reserva (Coner), encargo cobrado dos consumidores para a remuneração de usinas contratadas sob o regime de reserva. Na prática, com o leilão, o custo dessa energia para o consumidor ficará menor.

Já o MCSD de Energia Nova vai ser voltado para outros projetos também com atraso, que foram contratados em leilões de energia nova. Nesse caso, são as distribuidoras do insumo que contratam os empreendimentos.

"A nova rodada vai fazer a descontratação integral do projeto. Se eu tenho um empreendimento que não vai entrar [em operação], pode entrar no mecanismo", disse Pedrosa. A "demanda" do mecanismo, no entanto, vai depender das distribuidoras de energia e do interesse delas em reduzir os contratos futuros do insumo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito****Título: Disputa deve ajudar usinas em atraso**

O leilão de desconstrução de energia de reserva deve ajudar, principalmente, as usinas de energia solar com atraso para serem implementadas, além de algumas eólicas que foram prejudicadas com a recuperação judicial da fabricante de turbinas Impsa.

Segundo levantamento feito pelo Valor, quase metade dos projetos de energia eólica com probabilidade "baixa" de entrar em operação tem participação de Furnas, subsidiária da Eletrobras.

Não há projetos de energia solar enquadrados nessa categoria, mas a Aneel identifica 730 megawatts (MW) de potência com probabilidade "média" e "dificuldade na viabilidade econômica do projeto".

Há 719,3 MW de projetos de energia eólica enquadrados na probabilidade baixa de conclusão. Desse total, Furnas tem participação em 330,2 MW. A empresa tem ainda 127,5 MW enquadrados como probabilidade "média" pelo levantamento mais recente disponibilizado pela Aneel.

"No caso específico da fonte solar fotovoltaica, o leilão deve ter um papel interessante, no que diz respeito aos projetos do leilão de 2014. Esses projetos estavam com sua viabilidade econômico-financeira prejudicada por conta da mudança brusca que ocorreu no cenário macroeconômico brasileiro entre 2014 e 2015 em diante", disse Rodrigo Sauer, presidente da Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar).

Segundo Sauer, em 2014, foram negociados 1.048 MW de capacidade de projetos de solar. Desse total, cerca de 35% estão em construção e outros 65% (cerca de 680 MW) estão parados, enquanto os empreendedores discutem alguma solução com o governo.

A adesão dos empreendedores ao leilão, porém, ainda depende de regras que serão estabelecidas. Ao Valor, Furnas disse que ainda não analisou uma participação do leilão por meio das sociedades de propósito específico (SPE) na qual participa e que possuem energia de reserva contratada.

Muitos dos projetos de eólicas com atraso na execução figuram na lista de clientes que a Impsa ajuizou na sua recuperação judicial. Um executivo do setor, que pediu para não ser identificado, disse não ter escolha a não ser

descontratar seus dois parques eólicos, uma vez que não há capacidade financeira de prosseguir com os projetos depois dos prejuízos apurados com a fornecedora.

Segundo a Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), dos 5,8 GW de eólicas vendidos em leilões de reserva, 3,9 GW já estão em operação, restando 1,9 GW em obras. Do total, "uma parte não significativa teria entraves que poderiam eventualmente levá-los a considerar o leilão de desconstrução", se as condições forem consideradas adequadas.

A maior parte das sobras, porém, não será resolvida com a desconstrução de projetos de reserva, dependendo da execução do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Nova que está em estudo pelo regulador do setor e que deve possibilitar a desconstrução de projetos permanentemente.

Atualmente, há mais de 4 GW de potência instalada em termelétricas contratadas com probabilidade mínima de saírem do papel. É o caso das duas termelétricas do grupo gaúcho Bolognesi, que somam 2.476 MW de potência e foram vendidas em leilões A-5 no fim de 2014. Atualmente, há uma proposta de revogação das concessões em andamento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas / Agronegócios

Autor: Luiz Henrique Mendes

Título: JBS Biodiesel recorre a óleo de fritura

A modernização de seu parque industrial de biodiesel e a retração dos abates de bovinos levaram a JBS a recorrer, em escala inédita para a companhia, ao óleo de fritura recuperado para a fabricação do biocombustível no ano passado. Diante da menor oferta de sebo bovino matéria-prima preferencial das duas fábricas de biodiesel da empresa -, a JBS processou cerca de 20 milhões de litros de óleo de fritura em 2016, e a tendência é que o uso do insumo aumente nos próximos anos.

"A redução dos abates abriu espaço para olhar a cadeia de matéria-prima", afirmou o diretor da JBS Biodiesel, Alexandre Pereira. Entre janeiro e setembro do ano passado, os abates de bovinos no país recuaram 3,1%, para 22,2 milhões de cabeças, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O investimento de R\$ 15 milhões na modernização da planta de Campo Verde (MT) também estimulou a produção de biodiesel, o que exigiu mais matéria-prima.

De acordo com Pereira, o óleo de fritura adquiriu uma "escala muito boa" para a companhia, mas ainda há muito a ser explorado no Brasil. O executivo não detalha o volume exato de biodiesel produzido a partir do óleo de fritura, mas a relação de transformação do produto no biocombustível é próxima de um para um, segundo a assessoria técnica da Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil (Aprobio).

A partir dessa relação, é possível inferir que o óleo de fritura representou perto de 10% da produção de biodiesel da JBS, que tem uma participação de 5% no mercado brasileiro de biodiesel. No ano passado, a companhia produziu 205 milhões de litros do biocombustível e faturou mais de R\$ 530 milhões com as vendas nos leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O carro-chefe da JBS Biodiesel, porém, é mesmo o sebo bovino, enfatizou o executivo. Em geral, 80% do biocombustível produzido pela empresa é feito a partir da gordura animal. Antes de 2005, segundo Pereira, o subproduto da indústria de carne bovina chegava a ser descartado - ainda que uma parcela já fosse destinada à produção de sabão e sabonete.

Com a entrada do biodiesel na matriz energética brasileira - hoje, o óleo diesel deve ter 7% de biodiesel em sua composição -, praticamente não há mais excedente de sebo bovino no país, segundo o diretor da JBS Biodiesel. "O sebo bovino se tornou uma matéria-prima com valor agregado e hoje tem destinação adequada", disse.

Para a JBS, ingressar no mercado de biodiesel representou também a oportunidade de "arbitrar" as margens com a área de higiene, que usa o sebo bovino na produção de sabonetes para empresas como Johnson & Johnson, Nivea e Flora - esta última pertence à J&F Investimentos, a holding que controla a própria JBS. "É uma manobra estratégica dentro da divisão de Novos Negócios", acrescentou Pereira, citando a área à qual os negócios de biodiesel e higiene e limpeza são subordinados.

Com o aumento da participação obrigatória do biodiesel no óleo diesel já prevista em lei, a margem da JBS Biodiesel tende a ser beneficiada. Em março, a fatia do biocombustível na composição do diesel será elevada para 8% e, até 2019, chegará aos 10%.

De acordo com Pereira, o marco regulatório do biodiesel permite que a participação aumente ainda mais e alcance 15% após 2019, se o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) autorizar. "Podemos chegar nos 15% até 2024, o que será excelente", projetou.

De fato, a indústria brasileira de biodiesel já tem capacidade instalada para produzir muito mais. Segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), o parque industrial brasileiro pode fabricar 7,3 bilhões de litros de biodiesel ao ano. Em 2016, a produção totalizou 3,8 bilhões de litros. Pelas projeções da Abiove, a produção crescerá 51% até 2019, atingindo 5,7 bilhões de litros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas / Agronegócios

Autor: Luiz Henrique Mendes

Título: Bois com origem na agricultura familiar

Para disputar todo o volume de biodiesel comercializado nos leilões bimestrais da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), as indústrias do país precisam do Selo Combustível Social, conferido pela Secretaria Especial da Agricultura Familiar.

Até 2014, o selo só era dado às indústrias que comprassem um determinado volume de oleaginosas produzidas por agricultores familiares, mas no ano passado o governo federal incluiu a aquisição de gado bovino no rol de matérias-primas que dão direito ao Selo Combustível Social.

Até então concentrada nas compras de oleaginosas - soja, principalmente - para obter o selo, a JBS começará a adquirir bois de agricultores familiares em 2017. De acordo com o diretor da JBS Biodiesel, Alexandre Pereira, o projeto começará por Rondônia, no município de São Miguel do Guaporé, mas também deve chegar aos Estados de Mato Grosso e São Paulo.

"Quando o programa do biodiesel foi pensado, ninguém imaginava que o sebo bovino iria virar a segunda estrela do programa", disse. Atualmente, o sebo é responsável por 15% da produção brasileira de biodiesel. O óleo de soja é o líder, com uma participação de 70%.

Para a JBS, obter o selo a partir da aquisição de bovinos faz "todo sentido", afirmou Pereira. Afinal, a empresa produz carne bovina. O executivo acredita que, após um período de adaptação dos pecuaristas, a JBS Biodiesel obterá o Selo Combustível Social apenas com a compra de bovinos, e não mais com soja.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor:****Título: Economia e petróleo**

A Fundação Getulio Vargas (FGV) promoverá o seminário "Economia política e governança das rendas do petróleo: discutindo as perspectivas de gestores e eleitores". Durante o evento, serão apresentados os resultados preliminares de pesquisa realizada em 15 municípios do Rio de Janeiro para apurar o nível de informação e as preferências dos eleitores sobre a aplicação dos royalties do petróleo. Participam do encontro o professor da EBAPE e cientista político Carlos Pereira, o secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, Gustavo Barbosa, o ex-diretor da ANP David Zylbersztajn e o procurador do Estado do Rio de Janeiro, Mauricio Ribeiro, entre outros.

Data:26 de janeiro

Horário:14h às 18h

Local: Praia de Botafogo, 190, sala 537 - Botafogo / Rio de Janeiro

Informações:.... ipglab@fgv.br**MME / ASCOM**